

## **Entrevista: Eliomar Mazoco**

### **Em defesa de políticas pública para o campo cultural**

Eliomar Mazoco, presidente da Comissão Espiritossantense de Folclore (gestão 2008/2011), apresenta as metas do *Congresso Brasileiro de Folclore* (marcado para 24 a 29 de novembro de 2009, em Vitória/ES), aponta os principais problemas das expressões culturais e indica alguns dos desafios aos grupos e atores sociais do campo cultural brasileiro contemporâneo. Historiador por formação, Mazoco é autor do livro *Congo de máscaras*, publicado pela Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória, 1993).

Por *Adriana Bravin*<sup>1</sup>

**Revista Folkcom (P): Em que o XIV Congresso Brasileiro de Folclore avanço em relação às edições anteriores do evento?**

**Eliomar Mazoco (EM):** O evento (*XIV Congresso*) busca recuperar o prestígio histórico dos congressos brasileiros de folclore, como um espaço de excelência para definição de políticas públicas para a área. Foram nos congressos que se formularam as principais questões que envolvem as culturas populares no Brasil, tais como folclore e educação; a necessidade do registro das manifestações folclóricas; a preocupação com o mapeamento do folclore, a definição do folclore como um objeto científico e como pensamento, bem como a relação com a vida acadêmica universitária. Enfim, todos esses temas que ainda são contemporâneos, como a criação do Instituto Nacional do Folclore, a proposição de políticas públicas a serem efetuadas por prefeituras, órgãos públicos, surgiram nos congressos brasileiros de folclore, desde a década de 1950. E, após a retomada da democracia, em 1982, talvez a gente ainda não tenha voltado a ocupar esse espaço. Por

---

<sup>1</sup>Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), autora do livro *Congopop: mídia, música e identidade capixaba* (Vitória: Edição da Autora, 2008). E-mail: [adrix.vix@uol.com.br](mailto:adrix.vix@uol.com.br)

isso, o congresso que vamos realizar este ano, em Vitória (ES), tem essa preocupação, e nós da organização teremos o empenho político de recuperar esse espaço de excelência, de discussão da cultura popular no Brasil, que congregue os vários atores, tanto acadêmicos, científicos, políticos, os produtores culturais, os militantes das comissões estaduais de folclore, das entidades de proteção e defesa do folclore, como também os atores públicos, com a presença dos governos Federal, Estadual e municipais, e do Ministério Público Federal. Esse é o objetivo: fazer do *XIV Congresso Brasileiro de Folclore* um espaço especial de discussão da cultura.

**P: E que espaços, durante o congresso, estão voltados para as articulações políticas, para as temáticas emergenciais?**

**EM:** Historicamente, os congressos brasileiros de folclore sempre tiveram, em suas mesas redondas, espaço privilegiado para a discussão política em relação à cultura popular no Brasil. Assim, teremos nas mesas redondas os espaços mais importantes no que diz respeito às questões conjunturais da cultura popular. Uma delas, com representantes da Unesco, vai discutir a questão da diversidade, que cria uma base jurídica internacional para desenvolver políticas microlocais de proteção da cultura. Haverá, também, uma mesa redonda com representantes do Ministério da Cultura (Minc), que é muito importante porque o Minc, atualmente, retoma uma postura do Estado brasileiro de ter políticas para o folclore – o Ministério tem retomado esse papel, de ser um ator na definição das políticas da cultura popular brasileira. Outra atividade importante é a que contará com a participação da Sexta Câmara do Ministério Público Federal, voltada aos direitos dos povos indígenas e as minorias, povos tradicionais, sobre seus conhecimentos e suas patentes culturais. Então, essa terceira mesa coloca um outro campo de discussão da cultura popular, que está ligado aos direitos de imagem, de autoria das canções, da produção artística, enfim, da receitas dos conhecimentos fototerápicos, de um grande gama de conhecimento desses portadores da cultura popular.

Essas três mesas – com UNESCO, Minc e Ministério Público Federal – são as que discutem a temática do folclore brasileiro nas suas questões mais emergenciais: as políticas públicas, as relações internacionais e os direitos e as defesas. Além destas, teremos mesas com a

participação das universidades (federais), que retomam a relação dos estudiosos do folclore com o pensamento acadêmico – uma relação que já passou pelo ódio e pelo amor. É uma discussão importante porque o congresso acontece no campus da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e contamos com o apoio de várias outras universidades federais. Por fim, teremos a mesa com os mestres da cultura popular, que participam com igualdade de condições, tanto do ponto de vista da reflexão quanto na preposição de encaminhamentos do congresso. Queremos fazer do congresso um espaço de encontro dos mestres, do saber erudito, do saber popular sem que haja uma hierarquia de valores entre eles. Essa, aliás, é uma mesa inédita em um congresso de folclore, em que os mestres são os protagonistas. Mas, nas outras mesas, além dos debatedores, também teremos mestres em sua composição. Eles não serão só assistentes ou objetos de pesquisa. Teremos nessas várias pessoas que vão participar do congresso atores das reflexões das políticas públicas da cultura popular no Brasil.

**P: Naturalmente, que todas essas questões são fruto de discussões e articulações ao longo dos últimos congressos. Há uma mudança de postura e de pensamento dos próprios folcloristas? Novas questões estão desafiando o movimento? Quais?**

**EM:** Eu acho que sim porque, nós, que compomos esses espaços – que se expressam na Comissão Nacional de Folclore e nas comissões estaduais – estamos num processo de transição. A Comissão Nacional fez 60 anos e estamos em um momento de transição para novos paradigmas, até porque a atualidade coloca desafios diferentes dos experimentados pelo movimento folclórico até então. Há, sim, essa transformação e, principalmente, uma revitalização das comissões de folclore e das suas concepções da cultura popular. Neste aspecto é preciso dizer que as comissões refletem um processo que se passa na sociedade brasileira como um todo, que é um interesse crescente pela cultura popular brasileira, não só por órgãos públicos – e um dos maiores exemplos são as várias políticas que o Governo federal tem empreendido – mas também pela mídia, pelo marketing, a propaganda, o turismo, a educação. Enfim, o interesse crescente pela cultura local está trazendo um reconhecimento das manifestações da cultura popular e da sua importância na definição do espaço cultural brasileiro midiático que a gente vive hoje. É crescente o número de grupos

---

parafolclóricos, nos grandes centros, que buscam no estudo da cultura popular a definição de novas formas artísticas, de expressar novas formas de lazer. Há um saturamento, hoje, da sociedade, principalmente da classe média, quanto às mesmices veiculadas pelos meios de comunicação de massa e há uma busca por qualidade. E quando as pessoas buscam a qualidade elas retomam – aí é quase um movimento romântico, como no século XIX –, nas tradições, novos parâmetros para combater as mesmices e a falta de qualidade.

**P: Nesse sentido, quais são os desafios, hoje, das comissões de folclore?**

**EM:** É a emergência política. É importante registrar e colecionar, mas isso não é o fator principal, que é elevar todos esses criadores da cultura popular a um nível de cidadania como qualquer outro artista ou criador no Brasil e no mundo. É ainda preciso superar condições sociais adversas no Brasil, que nos fazem uma falta de pessoas, sociedade, extremamente suscetível a toda e qualquer influência externa. Não há um diálogo entre a nossa cultura e o que vem de fora. Quer dizer, (a nossa cultura) está sempre numa condição subalterna justamente por conta da profunda internacionalização da cultura de massa, que coloca nossas culturas locais como se fossem, ainda, valores exóticos, excêntricos e coisas do passado. Vide a própria palavra folclore que é mal utilizada na sociedade, na mídia, como se fosse uma coisa do passado. Essas são emergências do debate público. Não só as comissões de folclore têm esse desafio, mas inúmeras outras entidades que hoje existem em torno da cultura popular, que estão se constituindo em várias pequenas redes. E aí segue o exemplo das comissões que, talvez, foram a primeira rede a fazer essa linha de defesa, de discussão, de estudo da cultura popular brasileira. O que me parece ser a principal emergência é a ação política, porque ela é que vai gerar um espaço público de reconhecimento de importância dessa cultura e um espaço público de debate científico, de estudo, de valorização e do registro da interpretação da cultura popular.

**P: O futuro é o trabalho em rede?**

**EM:** Sim, o futuro é o trabalho em rede, a troca de experiência, a troca de informações, e a constituição de espaços em que essas atividades em rede possam ser avaliadas

constantemente e busquem seus objetivos e caminhos. Talvez, a maior expressão das novas redes tem a ver com o crescente interesse pelo folclore nas grandes metrópoles. Rio, São Paulo e Belo Horizonte é que têm constituído as redes e parece que isso fez a base das ações do Minc na área. O Congresso de Folclore vai possibilitar, pela primeira vez, o encontro dessas várias redes, talvez a mais importante delas, a que se organizou em torno do colegiado setorial da cultura popular, cuja eleição dos 15 membros titulares vai ocorrer durante o congresso. A presença das redes, dos delegados indicados pelos estados que escolhem os delegados setoriais, mais a presença de pesquisadores, grupos de folclore, do Minc, enfim, desses outros atores, vai consolidando, moldando, fazendo esse perfil que a gente quer de um congresso bastante amplo, como um espaço de excelência para discutir a cultura popular.

**P: O que se espera de resultado desse congresso, a partir do que tem sido articulado em torno do projeto (evento)?**

**EM:** Um dos resultados nós já temos sem ter feito o congresso, que é a eleição do colegiado setorial de cultura popular, que vai acontecer durante o congresso de folclore. Esse colegiado compõe o Conselho Nacional de Cultura, onde estão reunidas 48 áreas e cada uma tem um colegiado setorial. Serão eleitos 15 representantes do Brasil inteiro, três por cada região, que vão auxiliar o Conselho Nacional de Cultura na definição das políticas para a cultura popular no país. Está se formando, assim, durante o congresso de folclore, a pauta que vai discutir colegiado setorial e as políticas que serão apresentadas ao Minc para o Conselho e para o Plano Nacional de Cultura. É importante que a gente tenha uma política de estado para a cultura popular, que não dependa do atual governo e seja independente de qual será o próximo governo. Esse parece ser o principal resultado que devemos buscar, ou seja, tentar alcançar no Congresso Brasileiro de Folclore uma sensibilização para consolidar uma política de estado. Várias outras propostas devem aparecer durante o congresso, como por exemplo um desejo (registrado no Brasil inteiro) pelo retorno ou pela recriação do Instituto Nacional do Folclore. Enfim, tudo isso deve ser debatido como uma coisa permanente e não apenas temporária.

**P: O movimento, então, está se fortalecendo, conquistando áreas dentro do governo, por meio de ações políticas para, em seguida, criar um espaço público de reconhecimento e aí, quem sabe, conseguir seu espaço garantido na política pública governamental. E a garantia de ter esse espaço seria o retorno do Instituto Nacional de Folclore?**

**EM:** Essa é uma das propostas. O colegiado setorial, em si, já é um espaço fundamental. Imagina, há poucos anos, não tinha nada que pensasse sistematicamente uma forma de pesquisa para a cultura popular. O colegiado já é um lugar importante, mas o colegiado é lugar de conselho, de consulta, não tem orçamento e é necessário que o estado tenha um lugar estrutural, um orçamento definido. Essa é uma batalha que vai ser vencida com muita articulação política. Por isso, é fundamental ampliar esse campo de pessoas voltadas à discussão da cultura popular. Daí porque é importante que o congresso vai ter, para além dessas mesas redondas citadas, uma outra pauta de programação ligada a outros sistemas emergentes da cultura popular do Brasil, como a questão dos índios. Vamos absorver as questões indígenas neste congresso. Temos índios vivendo conosco, hoje nas cidades, temos os índios urbanos, não é mais a questão do índio e do antropólogo. Outra questão é a dos quilombolas, que também vamos trazer. A discussão dentro da cultura popular, luta dos quilombolas pelo seu reconhecimento cultural e territorial, é uma luta da cultura popular brasileira. A questão da folkcomunicação que, evidentemente, cresce a cada dia, e é preciso pensar, discutir, a relação desse grande poder, o quarto poder, o poder da mídia, da informação em relação à cultura popular, porque a comunicação joga um papel fundamental na preservação ou na destruição das nossas identidades.

**P: A midiaticização da cultura já foi uma questão que preocupou muito os folcloristas. E, hoje, como essa questão é encarada?**

**EM:** Quando ela surgiu, preocupou muito e, hoje, é um fato constatado. Gosto muito de lembrar do Hermógenes (Lima Fonseca, folclorista capixaba, falecido em 1996), e do que diziam os comunistas, que tudo ia evoluir muito e o mundo ia virar socialista nos meios de comunicação; que a modernidade acabaria com o folclore, que a modernidade acabaria com o Ticumbi (manifestação folclórica do Norte do Espírito Santo). Não foi o que se viu! A União Soviética acabou, e o Ticumbi ainda vive, ainda tem vocação para existir e resistir há

mais de 200 anos. Como se diz popularmente, “o que é do homem, o bicho não come”. Então não se tem mais esse medo, que era a preocupação dos românticos do século XIX: “ vamos preservar o folclore, porque o trem, a revolução industrial vão acabar com a cultura popular”. Isso não aconteceu e o que acontece é que a cultura popular se transforma. Ela nos muda e muda a si, ela nos informa o tempo inteiro e o próprio Camara Cascudo já tinha visto isso, quando dizia que, na sociedade do futuro, na sociedade dos astronautas, a gente ia ter a cultura do chofer, ou seja, cada grupo social vai continuar desenvolvendo os seus códigos de comunicação, seus sistemas de comunicação, que vão permear seus estados de direito, que vão se constituir como a criação da mentalidade humana. Foi isso que Câmara Cascudo resumiu, que é uma definição fantástica. Então, por mais tecnologia que a gente tenha, informação, transporte, isso não muda a natureza humana. A natureza humana é a mesma, a cultura popular e o espaço da criação da mentalidade humana vai estar sempre presente, sempre e sempre. Hoje, a gente não vê a mídia como um inimigo. Pelo contrário! Com a regionalização dos meios de comunicação e com o entendimento crescente das pessoas de você ter a sua identidade local, de não deixar a identidade da sua rua, do seu bairro, da sua família, se diluir e sumir numa identidade maior, de poder pertencer a vários níveis de identidade, desde seu bairro até um nível internacional, tudo isso vai revigorando e mostrando várias formas de a gente tentar entender como é que se processa a cultura popular nesse cenário.



**Foto:** Arquivo Cesf